



Câmara Municipal de Bicas
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO N° 14/2024

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bicas:

O vereador que este subscreve indica, nos termos do Art. 154, §1, I do Regimento Interno, que a administração Municipal, regularize a situação do Município junto ao Cadastro da Dívida Pública (CDP), estando em situação irregular.

Sala das sessões da Câmara, em 05 de fevereiro de 2024.


Rafael Cândido Aquino
Vereador (MDB)

Justificação. O Município está no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (Cauc) e, com isso, fica impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito. Isso porque aparentemente não foram enviadas as informações do Cadastro da Dívida Pública (CDP) por meio do Sistema de Análise da Dívida Pública,



Câmara Municipal de Bicas
Secretaria Legislativa

Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem) dentro do prazo.

Para quitar a obrigação, o município precisará inserir dados detalhados e anexar documentos comprobatórios de todas as dívidas consolidadas, garantias concedidas e outras dívidas de longo prazo. O registro é predominantemente declaratório e deve ser assinado digitalmente pelo titular do Poder Executivo. A atualização do CDP é obrigatória para todos os municípios. O sistema fica aberto e disponível para regularização a qualquer tempo e o processamento acontece no dia seguinte após a homologação pelo gestor.

Entre os critérios para homologação consta que os tipos de dívida indicados no CDP devem estar registrados nos mesmos montantes observados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), e, portanto, os grupos devem conter o mesmo somatório para que possam ser comparados e liberados para assinatura e homologação.

As operações de registro, edição, assinatura e atualização dependem do perfil cadastrado no Sadipem. Os tipos de perfis do sistema são segregados como "Ente da Federação" ou "Prestador de Serviço", conforme a vinculação ao



Câmara Municipal de Bicas
Secretaria Legislativa

município, e são divididos de acordo com as tarefas permitidas para cada grupo.

Penalidades

O município pode sofrer penalidades caso não esteja regular com o envio das informações no Sadipem. A Resolução do Senado Federal 43/2001, e também a Portaria STN 529/2018 preveem:

- Paralisação da análise de novos pleitos para a contratação de operação de crédito (PVL) até a regularização no sistema;
- Impedimento de contratar novas operações de crédito;
- Bloqueio de recebimento de transferências voluntárias

Conforme art. 113, XXII da Lei
Orgânica Municipal, o prazo
para resposta é

16/02/2024.


Secretaria Executiva da Câmara

Início Pedidos de Verificação de Limites e Condições (PVL) Cadastro da Dívida Pública (CDP) Fale conosco

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Ajuda

Retornar

Salvo em 16/02/2023 16:50:59

Tipo de Ente: Município
UF: MINAS GERAIS
Ente: Bicas
Situação do ente: Irregular

Status: Desatualizado
Data-base do relatório: 31/12/2022
Data do Status: 31/01/2024
Situação do ente para fins do CAUC: Irregular

Para regularizar a situação, o ente deverá atualizar o cadastro da dívida pública conforme definido no [Manual do CDP](#)

Dívidas (5)

Garantias Concedidas (0)

PVLs não vinculados (0)

Informações Consolidadas

Critérios de homologação

Histórico de atualizações

Filtros

Situação da dívida

☐ Vigente na data-base☐ Dívida quitada antes da data-base☐ Mostrar registros excluídos

Tipo de dívida

Filtrar

Limpar Filtros

Encerrada

Vigente não preenchida

Vigente

Excluída

F. Associada a PVL

Resultado

Registro nº	Tipo de Dívida	Credor	Moeda	Valor Contratado	Data de contratação	Saldo devedor na data-base (R\$)
31.06903.000001-5	Outras dívidas contratuais	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Real	301.419,04	13/07/2006	1.265.499,98
31.06903.000002-3	Outras dívidas contratuais	União	Real	227.884,27	03/07/2013	96.295,62
31.06903.000003-1	Outras dívidas contratuais	União	Real	154.064,80	19/05/2016	218.821,15
31.06903.000009-1	Outras dívidas contratuais	União	Real	397.090,28	04/11/1997	2.380.093,42
31.06903.000016-3	Outras dívidas não contratuais	-	Real	5.926.880,42	31/12/2022	5.926.880,42